



## Rondônia

# Vereador Paulo Tico visita municípios do interior no exercício de sua função como secretário geral do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia

**O Sindicato está à disposição da classe para juntos somar forças”, disse.**



Nos dias 12 e 13 de novembro, Paulo Tico, no uso das suas atribuições que lhe conferem como secretário geral do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia (Sintesev) esteve nos municípios de Cacoal, Rolim de Moura e Ji-Paraná acompanhado do secretário geral adjunto, Adson Rabelo e do diretor Jyme Fábio Gomes. Para discutir a minuta que confere aumento salarial aos vigilantes do Estado de Rondônia.

Para Paulo Tico ouvir os profissionais da segurança privada tem uma grande importância na tomada de decisão e assim agrega valores de quem sabe das necessidades da ponta.

“Ouvir de perto os profissionais é importante, queremos saber da realidade e fazer valer a voz de cada um, não tomamos decisão sem ouvir, o reajuste no salário é direito e nos últimos meses virou uma grande necessidade, tendo em vista a inflação que o país atravessa. O Sindicato está à disposição da classe para juntos somar forças”, disse.

No ato das reuniões Paulo Tico representou o presidente, Valdemar Cosme, que está licenciado para tratamento de sua saúde.

**FONTE: ASSESSORIA DO DEP. PAULO TICO**

# Empresa Hercules que atua na UFF de Niterói pede que vigilantes sem salário trabalhem corretamente por consideração



Chamou atenção de todos nós, um áudio que circula nos grupos de WhatsApp em que um dos proprietários da empresa Hercules, do Rio de Janeiro, que atua na Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ, faz apelo aos vigilantes que estão com os salários atrasados: “vamos zelar pelo patrimônio desta unidade, desta Universidade Federal Fluminense, que dá apoio, que dá esta chance para todos vocês aí do interior a ter o emprego de vocês”.

E tem mais, no mesmo áudio ele diz que no caso da empresa em questão ser desligada do contrato e outra entrar no lugar, a Universidade Federal vai aproveitar os que tiverem “vestido a camisa”.

Dando prosseguimento a sua fala e admitindo que o pagamento não foi feito por culpa da empresa, que segundo ele, enfrenta problemas financeiros este mês, o responsável

pela empresa que pediu zelo, consideração e respeito pelo trabalho, esqueceu de dizer para os trabalhadores que estão com contas atrasadas e que precisam comprar alimentos para seus filhos, como faz para conseguir esta mesma consideração do boleto atrasado ou do filho com fome.

Para o Diretor da CNTV e Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petropolis/RJ, a consideração e o respeito tem que ser destinado ao trabalhador, que cumpriu a sua jornada, cuidou do patrimônio que não é seu, se arriscou e que precisa ter seu salário para cumprir com seus compromissos: “a empresa já recebeu por este serviço e tem que estar preparada para seus imprevistos, o trabalhador que trabalhou corretamente não tem culpa disso, não pode ser penalizado. São pais de família que tem que receber pelos seus serviços. Ninguém trabalha por consideração, aliás, consideração, não enche barriga”, finalizou.

De fato, colocar esta situação em um áudio para circular em grupos de WhatsApp e terminar dizendo que “quando tiver posição sobre o pagamento os vigilantes serão avisados”, isso sim, é falta de consideração e respeito.

FONTE: CNTV

# O que o lucro elevado do BB no 3º trimestre revela sobre a reestruturação?

**Segundo o instituto, direito beneficia quase 83,5 milhões de pessoas, entre trabalhadores do mercado formal, aposentados e pensionistas**



O Banco do Brasil registrou, no terceiro trimestre do ano, lucro líquido recorrente de R\$ 5,13 bilhões. O número representa alta de 47,6% ante o mesmo período do ano anterior e de 2,0% em relação ao segundo trimestre deste ano. No acumulado do ano, o banco alcançou lucro de R\$ 15,1 bilhões, representando um crescimento de 48,1%. O BB ainda revisou suas projeções corporativas para 2021, de R\$ 17 bilhões a R\$ 20 bilhões para R\$ 19 bilhões a R\$ 21 bilhões.

Ao divulgar os resultados, na última segunda-feira (8), o Banco do Brasil comunicou que o “bom desempenho” se deve às “menores despesas com provisões de crédito, maiores receitas, com crescimento da margem bruta e das rendas com prestação de serviços, e sólido controle das despesas administrativas”.

Os números impressionaram o mercado que considerou o desempenho do BB superior ao dos três maiores bancos privados do país. Acompanhando o forte crescimento da carteira de crédito, o Banco do Brasil subiu índice de cobertura para 323%, percentual bem maior aos dos bancos Santander (250%), Bradesco (297%) e Itaú (234%).

No material de análise dos resultados do

BB, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) ressalta que, ao final de setembro de 2021, o Banco do Brasil contava com 85.069 funcionários, 7.037 postos de trabalho a menos que em setembro de 2020, em função de sucessivos programas de reestruturação.

“Esses números são reveladores. A notícia parece boa, mas o lucro astronômico está custando a saúde dos bancários, que trabalham em número reduzido nas agências e sob a pressão de metas cada vez mais difíceis de alcançar”, observou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

Ainda segundo o DIEESE, em 12 meses, o BB fechou 393 agências e 66 postos de atendimento bancário. Durante o mesmo período, houve um crescimento de 3,4 milhões no número de clientes, superando 76,8 milhões.

Em outubro, alguns gerentes de serviço conseguiram realizar uma reunião com a administração do Banco do Brasil, a respeito do acúmulo de funções que vem causando o adoecimento entre os funcionários. Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) participaram do encontro como convidados. “Na reunião, os bancários deram um relato daquilo que estão vivenciando. Os planos de reestruturação são recorrentes desde 2017. De lá para cá observamos um aumento na sobrecarga e, conseqüentemente, no adoecimento dos funcionários que ficam”, destacou o coordenador da CEBB.

FONTE: CONTRAF

# Seg. Patrimonial - Carrefour fará auditoria externa de contratos com empresas de segurança

**Rede de supermercados internalizou a segurança das lojas, mas tem de manter empresas terceirizadas nas áreas externas e de estacionamento**



Foto: Divulgação/Carrefour

A consultoria Bernhoeft foi contratada pelo Grupo Carrefour Brasil para auditar todos os contratos que a rede de supermercados mantém com empresas de segurança.

O Carrefour vem anunciando uma série de mudanças no modelo de segurança desde que João Alberto Freitas, um homem negro, foi assassinado por seguranças terceirizados num supermercado em Porto Alegre. Entre as medidas está a internalização da segurança de todas as lojas da rede.

A vigilância das áreas externas e dos estacionamentos teve de permanecer com as terceirizadas porque a legislação impede que empresas sem a chancela da Polícia Federal façam a segurança patrimonial.

A Bernhoeft será responsável por auditar se as empresas de segurança cumprem o regimento antirracista que foi incluído nos

contratos a pedido do Carrefour. Uma das cláusulas prevê tolerância zero para eventuais violações dos terceirizados, o que dá ao Carrefour o direito de romper contratos de forma imediata e sem sofrer sanções.

O Carrefour também está investindo R\$ 5 milhões na compra de câmeras que serão instaladas nos uniformes dos seguranças internalizados. Todos os funcionários das lojas de Porto Alegre receberam o aparelho, já que a cidade servirá como um piloto das novas práticas.

O uso das body cams será implementado em nível nacional gradualmente. O Carrefour tem encontrado dificuldades para importar a quantidade de câmeras necessárias para todas as lojas do país.

Fonte: Metrôpoles

# Com 3,3 milhões de clientes, BRB registra lucro de R\$ 433 mi

**O Banco de Brasília (BRB) teve lucro líquido de R\$ 192 milhões apenas no 3º trimestre de 2021, 68,3% a mais do que no mesmo período de 2020**



O Banco de Brasília (BRB) teve lucro líquido recorrente de R\$ 433 milhões de janeiro a setembro de 2021. O valor é 38,1% maior do que o registrado no mesmo período de 2020.

O resultado do BRB, até setembro de 2021, já é maior do que o lucro líquido de todo o ano de 2019, que ficou em R\$ 418 milhões. Os dados do 3º trimestre de 2021 foram divulgados na noite de terça-feira (16/11).

Levando em conta apenas o 3º trimestre de 2021, o lucro líquido da instituição financeira ficou em R\$ 192 milhões. É 68,3% a mais do que o valor do mesmo período do ano passado.

Apesar da piora no cenário econômico nacional, a taxa de inadimplência registrada pelo BRB fechou em 1,64% no 3º trimestre deste ano. O índice é inferior à média do mercado, de 2,29%.

O presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, disse que os resultados do 3º trimestre de 2021 foram alcançados, principalmente, em função da expansão e digitalização do banco. “O BRB se modernizou, se transformou em um banco mais digital e cresceu a base de clientes. O BRB está em 90% dos municípios brasileiros”, afirmou Costa.

Por ser um banco público, cujo acionista majoritário é o Governo do Distrito Federal, o BRB também atua como agente que operacionaliza programas sociais, como os de transferência de renda para famílias pobres. É o BRB que fica responsável por depósitos no Cartão Gás, Cartão Material Escolar e Prato Cheio, programa para que pessoas em situação de vulnerabilidade possam comprar alimentos.

Costa disse à coluna que o BRB prestou serviços para 18 programas sociais que beneficiaram um total de 376 mil famílias, ao custo de R\$ 425 milhões. “É dinheiro do GDF que a gente operacionaliza para que chegue às pessoas que precisam”, destacou.

### **Crédito**

A carteira de crédito do BRB cresceu 42% e alcançou R\$ 20,7 bilhões. O principal destaque do setor foi o aumento de 128,6% no crédito imobiliário em setembro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano passado. No 3º trimestre, o crescimento foi de 13,9%.

Nos nove meses de 2021, o BRB fechou R\$ 2,5 bilhões em contratos envolvendo empréstimos imobiliários. A partir desses resultados, o BRB informa que continua sendo o líder na concessão de crédito imobiliário no Distrito Federal.

### **Cientes**

O BRB alcançou a marca de 3,3 milhões de clientes. Em 2018, o banco tinha 680 mil. O crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo Nação BRB Fla, banco digital criado em uma parceria do BRB e Flamengo. Só o Nação BRB Fla tem 2,6 milhões de clientes, dos quais mais de 50% são mulheres.

O contrato previa que o acordo durasse três anos, prorrogáveis por mais dois. Neste mês de novembro, o acordo entre BRB e Flamengo completa 15 meses. Segundo o presidente do BRB, a previsão é que a parceria seja prorrogada, conforme previsto em contrato.

“Nesses 15 meses, abrimos 2,6 milhões de contas-correntes. A parceria está sendo extremamente positiva, e permitiu a expansão do BRB, o retorno de reconhecimento da marca e que o banco se inserisse de maneira competitiva no mercado de bancos digitais. Nós temos interesse em estender a parceria pelo prazo do contrato, e mais do que isso: iniciar as ações visando a criação do banco digital específico, conforme previsto no acordo”, ressaltou o presidente do BRB.

Hoje, o valor de mercado do BRB é de, aproximadamente, R\$ 10 bilhões. E o Nação BRB Fla tem preço avaliado em R\$ 9,6 bilhões.

**FONTE: METROPOLES - Isadora Teixeira**

# Artigo | Por que vender algo lucrativo? O dilema das subsidiárias da Caixa Econômica

**Banco 100% público, com regras e normas de mercado e que tem tido lucros excepcionais nos últimos 17 anos**



**A Caixa é quem cuida do FGTS. Sem ele, milhões de brasileiros estariam desprotegidos durante crises econômicas - Screenshot/Brasil de Fato**

Não é novidade que governos usem empresas públicas exitosas para alavancar campanhas eleitorais e garantir uma cadeira nos Legislativos e Executivos espalhados pelo Brasil. O caso do presidente Jair Bolsonaro com a Caixa Econômica Federal é emblemático e merece atenção pela contradição de suas ações.

A Caixa é um banco 100% público reconhecidamente importante, com regras e normas de mercado e que tem tido lucros excepcionais nos últimos 17 anos. Tirando os R\$ 5,5 bilhões alardeados pelo governo como lucro e que foram, na verdade, recursos da

venda da Caixa Seguridade e do Banco Pan – R\$ 5,3 bilhões foram, de fato, o lucro da estatal no primeiro semestre de 2021.

Esse dado é fundamental porque prova que a estratégia do governo de parecer que está se fortalecendo o banco, inflar o lucro com os ativos vendidos para depois vender as subsidiárias mais lucrativas.

Estas manobras vão, na verdade, levar ao fim da Caixa Econômica Federal, o banco responsável pela operacionalização das políticas públicas que fazem com que as populações de lugares historicamente abandonados pelo poder público tenham algum sopro de esperança.

A aventura privatista de Paulo Guedes e sua turma não faz o menor sentido sob nenhum ponto de vista quando falamos da Caixa. Ainda mais quando o próprio presidente da República usa os números da Caixa para tentar ganhar votos.

Há poucos dias, o Banco Central concedeu autorização de funcionamento para a Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM). A notícia deveria ser comemorada por todos os brasileiros se não fosse o plano pouco inteligente anunciado pelo presidente do banco, Pedro Guimarães.

A ideia dele é transferir os ativos da asset e fazer o IPO (Oferta Pública Inicial de ações, na sigla em inglês) do negócio ainda no início de 2022, vendendo uma das partes mais estratégicas do banco, que apresentou lucro de R\$ 2,1 bilhões em 2020.

Dá para imaginar um banco privado fazendo esse tipo de negócio: vender algo lucrativo? É exatamente o oposto do que o mercado faz.

Quando um banco cria uma subsidiária e essa nova empresa dá lucro, ele investe ainda mais nesse projeto. Mas o governo Bolsonaro está caminhando para vender os melhores ativos. Essa ação pode parecer inofensiva, uma forma de modernização do banco e que não irá afetar a vida de muitas pessoas. Não é verdade.

A Caixa é quem cuida do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Sem ele, milhões de brasileiros estariam desprotegidos durante crises econômicas.

No caso extremo, como o que estamos vivendo com a covid-19, só a Caixa, um banco público, seria capaz – como está sendo – de “rodar” o país inteiro e levar o auxílio emergencial e outros benefícios sociais para mais da metade da população brasileira. Sem falar nos projetos de habitação e saneamento, temas que a iniciativa privada não costuma dar muita importância.

Aos poucos, o governo vai dismantando a Caixa. A abertura de capital da Caixa Seguridade, no início de 2021, acendeu o alerta sobre como a venda de braços importantes do banco pode comprometer o desempenho futuro da instituição e, com isso, colocar em risco dezenas de programas sociais históricos – que mudaram a cara do Brasil por meio de transferência de renda, geração de empregos, acesso à casa

própria e à educação, entre outros.

O mesmo pode acontecer com a Caixa DTVM, que foi criada já com a promessa de abertura ao mercado. E, ainda, com a Caixa Cartões, a Caixa Loterias e o ainda nem oficialmente criado Banco Digital, que são as próximas subsidiárias na mira de Pedro Guimarães e Bolsonaro.

Essas decisões impensadas da cartilha de privatizações já estão trazendo prejuízos para o Brasil – enfraquecem a Caixa e, conseqüentemente, os programas sociais. Esse é um passo totalmente equivocado para quem pretende usar o banco para ganhar votos e, ao mesmo tempo, preparar a venda de outras subsidiárias.

Para compensar a falta dos recursos gerados pelas áreas lucrativas das empresas públicas que têm sido vendidas, o governo adota, equivocadamente, medidas anticíclicas às custas da população, como a liberação do FGTS para pagar dívidas e fomentar o consumo, criação de linha de crédito para beneficiários de programas sociais, ao invés de ampliar o auxílio emergencial.

Mesmo as linhas de financiamento para pequenas e médias empresas - como é o caso do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que deveriam ter acesso facilitado para o segmento - têm sido utilizadas como moeda de troca política.

Esse é um verdadeiro dilema. Se a sociedade não se mobilizar, esse pode ser o golpe fatal na Caixa, tornando o nosso país um dos poucos potenciais “gigantes econômicos” que renunciaram ao privilégio de ter um banco público forte e com capacidade de mobilizar uma nação de dimensões continentais.

Um banco que já provou ser essencial e que pode contribuir ainda mais para a redução da enorme e absurda desigualdade social que tanto nos envergonha e que precisa ser resolvida.

\*Sergio Takemoto é presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)

\*\* Este é um artigo de opinião. A visão do autor não necessariamente expressa a linha editorial do jornal Brasil de Fato.

Edição: Leandro Melito

FONTE: Brasil de Fato



# Câmara recria Ministério do Trabalho, mas extinção da pasta por mais de 2 anos trará impactos

Para parlamentares, a recriação da pasta atende somente a interesses políticos; texto ainda segue para o Senado



Os impactos da extinção da pasta por mais de dois anos poderão ser feitos mais adiante - EB

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (16), por 391 a 21 votos, o projeto de lei de conversão à Medida Provisória (MP) 1.058, que recriou o Ministério do Trabalho e Previdência. Agora a proposta segue para o Senado.

No total, a pasta ficou extinta por dois anos e sete meses, de janeiro de 2019 a julho de 2021. Nesse período, “o trabalhador passou a ser tratado como uma mercadoria”, afirma Ana Amélia Mascarenhas Camargos, vice-presidente

da Academia Paulista de Direito do Trabalho (APDT) e professora de Direito do Trabalho e Direito Coletivo do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

“Tanto a Justiça do Trabalho, o direito do trabalho, sindicatos e o Ministério do Trabalho são extremamente importantes no mundo capitalista, porque protegem o trabalhador, no sentido de evitar que sejam tratados como mercadoria. O objetivo principal desses órgãos é responder ao princípio do direito do trabalho,

que é que o trabalhador não seja tratado como mercadoria, mas com a dignidade de uma pessoa humana”, afirma Camargos.

Nesse sentido, “quando o governo desmonta o Ministério do Trabalho e o vincula ao Ministério da Economia, ele está sinalizando exatamente o contrário do que determina a sociedade civilizada e o direito do trabalho. Eles estão mercadoria”.

Na avaliação da professora, um Ministério do Trabalho forte é importante não somente para o trabalhador, mas também para o empregador, uma vez que desta forma todos os lados têm claro quais são as regras que estabelecem os limites e os deveres dessa relação.

“Se existe Ministério do Trabalho trata de determinadas regras, como medicina e segurança do trabalho, de uma forma clara, o empregador sabe como conduzir o negócio dele, ele tem parâmetros.”

Agora, os dimensionamentos da extinção da pasta por mais de dois anos poderão ser feitos mais adiante. “Nós vamos sentir os reflexos mais para frente.” Mas, para Camargos, o atual chefe da pasta, Onyx Lorenzoni tampouco tem outra visão que não seja a do trabalhador como uma mercadoria, defende a professora.

Extinção foi erro

Críticas também foram feitas durante a votação da medida no plenário da Câmara. Para o relator da MP, José Nelto (Pode-GO), o Ministério deveria ter sido mantido desde o início. “Jamais poderia ter sido extinto por qualquer governo que preza pelos trabalhadores e empresários.”

Nelto criticou a criação, no início do governo, do “super ministério” comandado por Paulo Guedes, a quem chamou de incompetente. “Já deveria ter pegado o boné e ido embora há muito tempo”, disse. Para ele, o governo deveria criar “um programa urgente e forte” de qualificação profissional.

**Veja também:**

**Emprego só para Onyx**

Vários parlamentares destacaram que a recriação do Ministério do Trabalho

simplesmente atende a uma conveniência política. “Não há nenhum projeto de fortalecer as relações trabalhistas, os direitos, de melhorar a supervisão sobre o trabalho, de reforçar as condições de funcionamento da Previdência Social”, afirmou Jorge Solla (PT-BA).

Trata-se de “apenas um cargo de ministro para Onyx Lorenzoni. Qual foi a primeira medida do ministro para atender os interesses bolsonaristas? Uma portaria para não permitir que os não vacinados fossem demitidos”.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) classificou o governo de “errático”, criando “desministérios”. “Não se pode ter um Ministério do Trabalho e não ter política de emprego.” E Paulo Ramos (PDT-RJ) acrescentou que o governo entregou o Trabalho ao “ministério do capital”, referindo-se à Economia. “Nem a ditadura ousou acabar com o Ministério do Trabalho.”

### **Estelionato eleitoral**

Mesmo aliados eventuais criticaram a proposta. Para Tiago Mitraud (Novo-MG), o presidente da República “comete dois grandes estelionatos eleitorais, de vários que ele vem colecionando a cada dia”. O primeiro, segundo ele, se refere à promessa de ter apenas 15 ministérios – agora, já são 23. Além disso, afirmou, a recriação da pasta surge apenas para “selar a aliança” com o centrão. Assim, criticou, o ministério foi criado não para criar política de emprego, mas para dar “emprego” a Onyx Lorenzoni.

Também Bira do Pindaré (PSB-MA) disse que votaria a favor da recriação da pasta. Mas observou que a MP “revela o quanto esse governo Bolsonaro representa o que há de pior na política brasileira”. Segundo o deputado, tanto os motivos que levaram à extinção como os que agora levam ao retorno do ministério “são os piores possíveis”.

\*Com informações da redação da Rede Brasil Atual.

**Edição: Vivian Virissimo**

FONTE: RBA - Caroline Oliveira\*

# Teto do INSS pode superar R\$ 7.000 após nova estimativa de inflação

**Revisão da equipe econômica aponta para salto de 10,04% do índice responsável pelos reajustes salariais neste ano**



## Reajustes do INSS seguem variação do INPC

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO - 11.02.2013

A elevação da estimativa de alta da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para 10,04% vai impactar os reajustes do salário mínimo, dos ganhos de aposentados e pensionistas e elevar o teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para R\$ R\$ 7.079,50 a partir de janeiro.

Teto do INSS é o valor máximo que o trabalhador pode receber de aposentadoria.

Com o novo percentual, o salário mínimo poderá subir dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210,44 em 2022. A previsão inicial, apresentada na Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos  
Colaboração: Jacqueline Barbosa  
Diagramação: Aníbal Bispo

LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), era de R\$ 1.147, valor R\$ 63,44 abaixo da mais recente estimativa.

Já o teto do INSS saltará dos atuais R\$ 6.433,57 para R\$ R\$ 7.079,50 (alta de R\$ 645,93). Na proposta orçamentária entregue ao Congresso, o valor previsto era de R\$ 6.832,45. Para aqueles que recebem remuneração mensal de R\$ 3.000, o novo salário subirá para R\$ 3.301,20.

Apesar de a previsão de reajuste tanto do salário mínimo quanto dos benefícios do INSS ser maior, os valores não embutem um ganho real, com reposição do poder de compra dos aposentados e pensionistas.

Ao conceder um reajuste do salário mínimo abaixo da variação do índice de preços, o governo federal gasta menos. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o piso da remuneração. Cálculos mostram que cada real no salário mínimo implica despesa extra superior a R\$ 350 milhões nos cofres públicos.

Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo é a base da remuneração de 50 milhões de trabalhadores e beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

**FONTE: R7**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF